

# CARTILHA CAMINHO SUAVE: ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO, TRAJETÓRIA E PERMANÊNCIA NA ALFABETIZAÇÃO BRASILEIRA

CARTILHA CAMINHO SUAVE: ASPECTS OF THE COMPOSITION, PATH AND CONTINUANCE IN THE BRAZILIAN LITERACY

**Cancionila Janzkovski Cardoso**

Universidade Federal de Mato Grosso  
kjccardoso@gmail.com

**Lázara Nanci de Barros Amâncio**

Universidade Federal de Mato Grosso  
nancib@terra.com.br

## Resumo

O objetivo deste texto é refletir sobre aspectos da constituição, trajetória e permanência da cartilha *Caminho Suave*, de autoria da professora Branca Alves de Lima, publicada pela primeira vez em 1948. A proposta da autora de “Alfabetização pela Imagem” foi analisada comparando-se três impressos do acervo do Grupo ALFALE: *Caminho Suave*, 69<sup>a</sup> ed., 1967; *Caminho Suave – Renovada e Ampliada*, 1987, 97<sup>a</sup> ed.; *Manual do Professor*, S/D, 7<sup>a</sup> ed.. Mediante procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa histórica, são apontados aspectos do contexto da produção desse recurso didático, pressupostos e concepções que o embasam, bem como alterações ao longo do tempo. A reflexão e análise permitiram, em parte, a compreensão dos fundamentos da formulação pedagógica de Branca Alves de Lima.

**Palavras-chave:** História da cartilha. História da alfabetização. *Caminho Suave*. Cartilha de alfabetização. Método de alfabetização.

## Abstract

The aim of this text is to reflect upon the aspects of the composition, path and continuance of the primer *Caminho Suave*, authored by the teacher Branca Alves de Lima, first published in 1948. The proposal of the author of “Visual Literacy” was analyzed comparing three copies of the archive of the Group ALFALE: *Caminho Suave*, 69<sup>a</sup> ed., 1967; *Caminho Suave – Renovada e Ampliada*, 1987, 97<sup>a</sup> ed.; *Manual do Professor*, S/D, 7<sup>a</sup> ed. By means of theoretical-methodological procedures of the historical research, aspects of the context of production of the didactic resource, assumptions and conceptions that substantiate it, as well as alterations over time, are pointed out. The reflection and analysis partly provided the comprehension of the fundamentals of the pedagogical elaboration of Branca Alves de Lima.

**Keywords:** History of the primer. History of literacy. *Caminho Suave*. Literacy primer. Literacy methodology.

## Introdução

No dia 03 de agosto de 2012, a sessão Cultura do Jornal Estadão noticia: “Cartilha ‘Caminho Suave’ lança novos produtos”. A reportagem traz dados da criação da cartilha em 1948 e do método utilizado, que relaciona letras e sílabas do alfabeto a desenhos. O atual editor da cartilha, Jair Lot Vieira, que comprou os direitos de distribuição em 1981, comenta que ela foi retirada do catálogo do Ministério da Educação (MEC) na década de 1990 e, por isso, não é mais utilizada em colégios. No entanto, está anunciando a versão atualizada da cartilha Caminho Suave com o novo acordo ortográfico (2009) e também do baralho da marca, que tem ilustrações idênticas às da cartilha e foi criado pela professora Branca Alves de Lima, autora da cartilha, agora atualizado com mais três cartas, que incluem K, W e Y.

A notícia é, no mínimo, curiosa. O que leva uma cartilha a perdurar no mercado editorial por cerca de sete décadas? Quais caminhos foram trilhados pela cartilha Caminho Suave no contexto brasileiro de alfabetização? Como era o cenário socioeconômico, político e cultural de sua produção? Quais concepções de alfabetização ela veicula? Essas sofreram alterações ao longo deste tempo?

Este texto faz parte de um dossiê comemorativo organizado em função dos setenta anos da cartilha Caminho Suave, participante da alfabetização de grande parte dos brasileiros alfabetizados, especialmente no período que compreende seu lançamento, em 1948, até 1996, pelo menos, ano em que o Programa Nacional do Livro Didático passou a considerar novos critérios para escolha de livros escolares, passando também a divulgar uma avaliação das cartilhas, a partir dos novos pressupostos teórico-metodológicos da alfabetização no Brasil.

A cartilha de alfabetização, inserida na categoria *livros didáticos*, é um artefato cultural que tem ocupado, nas últimas décadas, a atenção de historiadores da cultura escolar e do ensino inicial de leitura, os quais se dedicam a compreender o processo de alfabetização relacionado aos materiais didáticos e aos procedimentos metodológicos. Como objeto e fonte de estudo (CHOPPIN, 2004, p. 554), a cartilha de alfabetização, de modo geral, tem sido protagonista de vários estudos. *Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima, pela sua permanência, destaca-se nessa história da alfabetização brasileira, que vem se constituindo ao longo do último século. Disputando com outras cartilhas a preferência dos professores, a cartilha em pauta, recomendada logo após seu lançamento, inicialmente pela Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo e depois pelo MEC, mais tarde apoiada pelo Programa do Livro Didático (1985), de elevada tiragem, garantiu por várias décadas seu lugar no pódio.

Segundo Peres e Ramil (2015, p. 55),

Em 1949, a cartilha já constava na relação dos livros a serem usados nas escolas primárias do estado de São Paulo. Posteriormente, a Editora Caminho Suave participou de dois programas federais de subsídios do livro didático: primeiro, do Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental (PLIDEF), nas suas três fases, sob coordenação do Instituto Nacional do Livro (INL), entre os anos de 1971 e 1976; da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), no período de 1976 a 1983; e, posteriormente, da Fundação de Assistência ao Educando (FAE), durante os anos de 1983 e 1985; e, finalmente, participou do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985. A cartilha *Caminho Suave* integrou o PNLD até 1996, quando foi dele excluído.

Considerando essa circulação, há informações de que foram editados cerca de 40 milhões de exemplares desse que se tornou o “Maior sucesso editorial do país” (MORTATTI, 2000a, p. 207).

O objetivo deste texto é refletir sobre aspectos da constituição, trajetória e permanência da cartilha *Caminho Suave*, de autoria da professora Branca Alves de Lima, publicada pela primeira vez em 1948. A proposta da autora de “Alfabetização pela Imagem” foi analisada comparando-se três impressos do acervo do Grupo de Pesquisa ALFALE<sup>1</sup>: *Cartilha Suave*, 69ª ed., 1967; *Cartilha Suave – Renovada e Ampliada*, 1987, 97ª ed.; *Manual do Professor*, S/D, 7ª ed.. Mediante procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa histórica, baseada na história cultural, são apontados aspectos do contexto da produção de *Caminho Suave*, relacionados a questões da educação brasileira, pressupostos e concepções, bem como alterações ao longo do tempo. Lançando este “olhar ao material do acervo”, esperamos compreender melhor as premissas expostas pela autora e suas formulações teórico-metodológicas, que garantiram as sete décadas de existência da cartilha em pauta.

Nossa hipótese é a de que, tal como Peres e Ramil (2015) encontraram significativas transformações editoriais, nos aspectos gráficos, estilos, imagens, cores, tipografia, formato, acabamento, palavras-chave, etc, nas diferentes edições da cartilha *Caminho Suave*, também nós encontraremos diferentes concepções ao longo do tempo.

## **Cartilha Caminho Suave: o contexto da sua produção**

Para Darnton (1990), os livros impressos, quaisquer que sejam, passam, aproximadamente, pelo mesmo ciclo de vida. Acreditando nisso, o autor propõe um modelo geral, descrito como um circuito de comunicação, que vai do autor ao

<sup>1</sup> ALFALE – Alfabetização e Letramento Escolar, criado em 2003, tendo Cancionila Janzkovski Cardoso como líder e Sílvia Pilegi Rodrigues como vice-líder.

leitor, passando por todos os outros sujeitos envolvidos no processo de produção e distribuição dos livros. Segundo Darnton (1990, p. 112), “A história do livro se interessa por cada fase deste processo e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante”.

Três aspectos se encontram no centro desse modelo, em torno dos quais gravitam sujeitos e processos de produção, difusão e circulação dos impressos: conjuntura econômica e social; influências intelectuais e publicidade; sanções políticas e legais.

Iniciemos, portanto, com o contexto socioeconômico, político e cultural da primeira publicação da cartilha *Caminho Suave*, no final da década de 1940. Tal contexto relaciona-se com a situação que o Brasil enfrentava desde a década de 1920, passando pelas décadas de 1930, e subsequentes, com muitas alterações em diversos setores da vida social. Para Saviani (1985, p. 55), a década de 1920 foi riquíssima em movimentos populares que reivindicavam maior participação na sociedade e também na escola. Foi um período longo, de grande tensão, de muita agitação e crise de hegemonia das oligarquias, tendo vigorado até a metade do século XX. Somente daí em diante, o escolanovismo começa a perder suas forças. Esse movimento atingiu seu auge em torno de 1960.

De acordo com o censo de 1940, a população brasileira girava em torno de 41 milhões de habitantes, residindo em 1574 municípios (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950). A situação da escola brasileira era bastante delicada no que se referia à taxa de rendimento e, especialmente, às taxas de evasão e repetência. Segundo Soares, o censo de 1980 apresentava que apenas 67% da população de 7 a 14 anos estava matriculada no 1º Grau e que, “Segundo as estatísticas, de cada 1000 crianças que iniciam a 1ª série, menos da metade chega à 2ª série, menos de um terço consegue atingir a 4ª, e menos de um quinto conclui o 1º Grau” (SOARES, 1989, p. 9). Esses dados persistiam há mais de quarenta anos, ou seja, desde a década de 1940. A dicotomia campo-cidade era bastante acentuada no Brasil nas primeiras décadas do século XX e isso demora a se alterar. O café era a maior fonte de divisas, dependendo dele o equilíbrio de nosso comércio exterior de exportação-importação (WEREBE, 1966). Na zona rural morava a maioria da população, no caso, 69%; na zona urbana ficavam os outros 31%. Esses dados vão se alterando à medida que as circunstâncias vão possibilitando uma mudança. Em 1950, com uma população de 41.236.315 de habitantes, 28.356.133 estavam na zona rural, 9.189.735 na zona urbana e 3.690.447 na suburbana. Das pessoas ativas, com 10 anos ou mais, 50,6% exerciam atividades ligadas à agricultura. Apenas 10,7% trabalhavam na indústria.

A primeira edição da cartilha *Caminho Suave* foi lançada por Branca Alves de Lima no ano de 1948. A educação brasileira, nesse período, caminhava em

busca de melhorias, pautada na legislação que regulamentava o ensino, a Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946<sup>2</sup>, promulgada pelo Decreto-lei n. 8529. Nessa época o Brasil estava saindo do regime do Estado Novo, que vigorou de 1937 a 1945, a famosa Era Vargas. Até esse período, a organização do ensino cabia aos estados, não havia diretrizes traçadas pelo governo federal e isso era uma tradição que estava ligada à nossa herança colonial, de acordo com Romanelli (1996, p. 159-161). Várias reformas isoladas foram empreendidas pelos estados, desde a década de 1920, mas essa prática acabava por acentuar ainda mais as diferenças regionais. O ensino primário passou a ser estruturado em duas categorias distintas: a) Ensino primário fundamental, subdividido em Primário Elementar, com 4 anos de duração, e Primário Complementar, de um ano apenas, destinados a crianças de 7 a 12 anos; b) Ensino Primário Supletivo, de 2 anos, destinado a adolescentes e adultos que não receberam esse nível de ensino em idade apropriada. As classes de Ensino Supletivo começaram a funcionar em 1947, contribuindo efetivamente para a diminuição do índice de analfabetismo nas décadas de 40 e 50 (ROMANELLI, 1996, p. 161).

Neste mesmo ano (1946) foi promulgado o Decreto-lei n. 8530, que instituía a Lei Orgânica do Ensino Normal que, como o ensino primário, também era da alçada dos estados. Segundo Romanelli (1996, p. 163), as escolas normais tiveram um desenvolvimento acelerado no período republicano, sendo 540 espalhadas pelo Brasil, no ano de 1949. Outras modalidades de cursos também foram regularizadas na década de 1940, a exemplo do Ensino Industrial (1942), Ensino Comercial (1943) e Ensino Agrícola (1946).

Desde os primeiros anos do século XX, a educação esteve na pauta de discussão de amplos setores da sociedade brasileira, contemplando a diversidade de interesses dirigidos à educação escolarizada (SAVIANI, 1985). Segundo este autor, uma iniciativa que contribuiu sobremaneira para o avanço das discussões sobre a educação foi a fundação da Associação Brasileira de Educação, em 1924. Essa associação tinha como função desencadear debates em torno da questão educacional e seus rumos, tendo em vista os questionamentos sobre o tradicionalismo pedagógico e os anseios dos defensores da Escola Nova, que se defrontava com os embates da Igreja por não aceitar o novo modelo de educação proposta – o ensino laico.

Esse período caracterizou-se, entre outras coisas, por intensos conflitos entre os pioneiros da educação e os católicos conservadores. Discutiam-se aspectos do ensino, os primeiros defendendo o ensino laico e os segundos resistindo e dedicando-se a divulgar a importância do ensino religioso. No Manifesto dos

<sup>2</sup> Essa lei tornava obrigatório o ensino de 8 a 12 anos de idade. De acordo com Werebe (1966), essa obrigatoriedade não era cumprida em nenhum ponto do país, nem sequer nas cidades mais próximas.

Pioneiros, de 1932, os defensores de uma sociedade renovada já tinham deixado registradas suas exigências: educação pública gratuita, obrigatória e, sobretudo, laica; ideia esta que os católicos conservadores queriam reverter, inserindo o ensino religioso na Constituição Brasileira e nas escolas.

Vejam outras iniciativas que devem ser mencionadas, principalmente por suas relações com o contexto educacional: a) criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930; b) a Constituição de 1934, prevendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, incluindo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar; c) as Reformas Educacionais nos anos de 1930 e 40, contemplando mudanças formais e substanciais na educação escolar. Esses eventos marcaram a década de 1930<sup>3</sup> como uma fase de modernidade, dando início ao desenvolvimento capitalista industrial. Como resultado dessa modernização houve não apenas expansão de novas camadas sociais como também a possibilidade de mobilidade social. Pode-se observar, com isso, a ampliação tanto do mercado de trabalho como do mercado consumidor.

A educação escolar, nesse contexto, passou a ser considerada, tanto por educadores quanto por segmentos sociais que desejavam mudanças relacionadas ao mundo do trabalho, um instrumento importante de inserção social. A educação passa a ser compreendida como mola propulsora da promoção e do progresso social.

Esse período efervescente caracterizou-se por iniciativas variadas, relacionadas à educação, de modo geral e também relacionadas à produção de uma literatura e de livros, especificamente para a infância brasileira. No ano em que foi lançada a *Cartilha Caminho Suave*, despedia-se do povo brasileiro o ilustre escritor Monteiro Lobato. Nascido na cidade de Taubaté, no ano 1882, esse autor foi um grande tradutor, escritor, contista e ensaísta. Foi também editor. Sua obra mais conhecida foi o Sítio do Picapau Amarelo. Como se pode notar, a trajetória de Branca Alves de Lima, como adolescente e como aluna do Curso Normal, coincidiu com a famosa produção de Lobato para a infância brasileira, pois este começou a publicar suas obras a partir de 1920. Nascida em 1911, a autora de *Caminho Suave* tinha 9 anos nessa época.

Outra iniciativa importante foi a fundação da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, em 1944, publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por iniciativa de Gustavo Capanema, Ministro da Educação, e Lourenço Filho, na época diretor do INEP.

Com relação aos aspectos políticos mais importantes desse período, correspondente às décadas de 1930 a 50, muitas iniciativas governamentais foram criadas. Vejam algumas, especialmente durante a administração Vargas.

<sup>3</sup> A Revolução de 1930 foi fruto da crise econômica do setor agroexportador do café agravada com a quebra da bolsa de Nova York em 1929.

Na década de 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder e estabeleceu uma política de valorização do café, através da compra e queima dos excedentes do produto. Para colocar em prática tal política, criou o Conselho Nacional do Café (CNC) em 1931. No período denominado Governo Provisório (1930-1934), esse presidente criou vários órgãos visando à realização do seu projeto de governo. O governo de Vargas foi classificado como um governo autoritário, sendo que foi o presidente que governou o Brasil por mais tempo. O primeiro mandato foi subdividido em Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

Muitas foram as iniciativas de Vargas em todos os setores da vida social e política brasileira. Por serem amplamente conhecidas, deixamos de nos estender sobre esse assunto no escopo deste trabalho. O certo é que foram anos de muita efervescência na organização estatal e algumas conquistas, acompanhadas de severas restrições à liberdade, o que caracteriza o eixo das “sanções políticas e legais”, do modelo de Darnton (1990).

## **O caminho das cartilhas: trajetória de *Caminho Suave***

Esse era, grosso modo, o cenário em que Branca Alves de Lima terminou seu curso Normal, em 1929, na Escola Normal do Bráz<sup>4</sup> e, a partir daí, construiu sua carreira profissional. A elaboração da cartilha, segundo a autora, em depoimento à *Folha de São Paulo* (MELLO, 1983), se deu após quinze anos de experiência com classes de escola primária em zonas rural, urbana e suburbana e em classes de repetentes.

Nesta mesma reportagem, Branca explica que, quando começou a lecionar, a prática pedagógica para a alfabetização baseava-se no método analítico. Branca falou sobre o sucesso de sua cartilha comentando que

[...] falharam todas as tentativas para implantar o método analítico ou global trazido para o Brasil em 1911 pela americana Miss Browne e tornado obrigatório para o estado de São Paulo, pelo então Secretário da Educação Oscar Thompson. (MELLO, 1983)

A autora menciona que somente em 1945 uma lei federal conferiu liberdade didática aos professores<sup>5</sup>. A professora Branca parecia desconhecer que em 1920, no estado de São Paulo, a Reforma Sampaio Dória voltou a garantir autonomia didática aos professores primários, pela Lei 1750, desobrigando o uso do método analítico. Curiosamente, ela fora aluna do Curso Normal nos últimos anos da década de 1920; todavia, provavelmente, esse tema parece

4 Atualmente Escola Estadual Padre Anchieta. Disponível em: [www.jorbras.com.br](http://www.jorbras.com.br). Acesso em: 17 dez. 2017.

5 Aqui a autora referia-se ao Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/1945, que restringia a escolha do livro aos professores.

não ter sido explorado durante o curso. Também é curiosa a informação sobre o uso do método analítico durante os anos de 1930 até 1945, justamente um período de liberdade didática, com proposições de métodos ecléticos conforme os estudos de Mortatti (2000b). Esse período se insere no que a autora chama de terceiro momento da alfabetização brasileira, caracterizado especialmente pela influência do “pensamento catalisador” de Lourenço Filho, com suas publicações que defendiam uma nova concepção de alfabetização, fundação de uma nova tradição, com foco na maturidade infantil. Para Mortatti (2000, p. 145), o método analítico ainda tinha defensores, mas não havia obrigatoriedade, pois os métodos eram secundarizados em favor de novos fins: necessidade de maturidade individual e de rendimento e eficiência.

Na verdade, a trajetória das cartilhas nacionais de alfabetização, que teve início entre os últimos anos do século XIX e início no século XX, vinha há pelo menos três décadas, desbravando o território nacional, conquistando professores e diretorias de instrução pública. Um exemplo disso são as cartilhas produzidas por professores paulistas no início do século XX, como *Cartilha das Mães* (de Arnaldo Barreto), *Cartilha Analytica* (Arnaldo Barreto), *Cartilha Ensino Rápido de Leitura* (Mariano de Oliveira), *Meu Livro* (Theodoro de Moraes). De acordo com Mortatti (1999, 2000), muitos professores paulistas (e também de outros estados) se tornaram escritores profissionais. Mediante um procedimento que ficou conhecido como “missão dos professores paulistas” (Silveira, 1917; Amâncio, 2008), muitos professores formados pela Escola Normal de São Paulo foram chamados pelos governos de diversas províncias para divulgarem a metodologia aplicada nos grupos escolares e ajudarem na reforma da educação primária. Assim, divulgando uma metodologia de alfabetização, certamente divulgavam igualmente as cartilhas que concretizavam, no caso, o método analítico.

Vemos, assim, que a autora Branca Alves de Lima é também representante desse fenômeno típico de seu tempo iniciado nos fins do século XIX e que se estende às primeiras décadas do século XX, qual seja: o escritor didático profissional – o professor/ou a professora que, a partir de sua experiência bem-sucedida, produz um material didático almejando compartilhar os bastidores de seu sucesso. A autora, porém, vai um pouco mais além: cria sua própria editora, batizando-a de Editora Caminho Suave Limitada. Salvo engano é a única editora que recebe o nome de sua obra (prima?).

*Caminho Suave* teve longa e harmoniosa convivência com muitas outras cartilhas, algumas delas também de longa trajetória. É o caso, por exemplo, das seguintes cartilhas<sup>6</sup>: a) *Cartilha das Mães* (de Arnaldo Barreto, provavelmente publicada nos últimos anos do século XIX, ou início do XX), que em 1963 estava na 84ª edição; b) *Cartilha Ensino-Rápido da Leitura* (de Mariano de Oliveira,

<sup>6</sup> Mencionamos apenas alguns títulos, optando pelas cartilhas que foram produzidas nas primeiras décadas do século XX e tiveram grande repercussão nacional.

provavelmente de 1917), que, em 1965, estava em sua 1.134<sup>a</sup> edição; c) *Cartilha Analytica* (Arnaldo Barreto, provavelmente de 1910), que, em 1967, estava em sua 74<sup>a</sup> edição; d) *Cartilha do Povo, Para Ensinar a ler Rapidamente* (Lourenço Filho, de 1928), que até 1961 chegara à sua 1.176<sup>a</sup> edição; e) *Cartilha da Infância* (de Thomaz Galhardo, publicada provavelmente no início da década de 1880) e que, de acordo com Pfromm Neto et al – 1974, estava, em 1968, em sua 219<sup>a</sup> edição; f) *Cartilha Sodré* (de Benedicta Sodré, 1940), que, em 1979, estava em sua 254<sup>a</sup> edição.

A fim de avaliar melhor a produção de Caminho Suave, torna-se interessante também recuperar alguns dados referentes à história do livro didático no Brasil que, atualmente, chega às escolas públicas via Programa Nacional do Livro Didático (PNLD, 1985)<sup>7</sup>. Para chegar a esse momento, vale resgatar informações de, pelo menos, quase 90 anos atrás.

Em 1929, justamente o ano em que Branca Alves de Lima concluiu seu curso Normal, o Estado brasileiro criou o Instituto Nacional do Livro para legalizar o Livro Didático e incentivar a sua produção.

Quase 10 anos depois, através do Decreto-Lei n° 1.006, de 30/12/1938, criou-se a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), tendo o Estado a função de censor do livro didático. Esta seria a primeira política de legislação, controle e produção de livros didáticos no Brasil. Pelo Decreto-Lei n° 8.460, de 26/12/1945, o Estado consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos. Até então, havia sugestão de livros por intermédio de órgãos ligados às Diretorias da Instrução como Conselho Literário ou Conselho Superior da Instrução Pública dos estados da federação<sup>8</sup>.

A partir de 1996 temos a reforma educacional com uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que dá suporte a uma reforma curricular brasileira e que implementa uma política de avaliação. Tal quadro imprime novos rumos ao PNLD<sup>9</sup>, com o governo investindo não apenas em comprar, mas também a avaliar o que compra.

Como sabemos, foi longo o caminho trilhado na constituição de uma política de produção e distribuição do livro didático, até chegarmos à atual configuração do PNLD.

<sup>7</sup> Os Programas de Distribuição de Livros, no Brasil, têm uma longa história, que não cabe aqui detalhar. Com a edição do Decreto n° 91.542, de 19/08/1985, o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

<sup>8</sup> Sabe-se que, em Mato Grosso (Amâncio, 2008), o Conselho Superior da Instrução Pública exercia autoridade no controle, adoção e aquisição de livros didáticos para as escolas, durante a primeira república; antes (desde 1854), o controle cabia ao Conselho Literário. Galvão (2009) traz informações sobre o controle de livros em Pernambuco, no período Imperial, pela Diretoria das Escolas de Ensino Mútuo.

<sup>9</sup> Há muitos estudos atualmente sobre questões ligadas ao livro didático e também sobre o PNLD. Para uma história do mercado do livro didático, remetemos o leitor a Cassiano (2007).

## **Cartilha Caminho Suave: um olhar para o acervo do Grupo de Pesquisa ALFALE**

O Grupo de Pesquisa ALFALE, desde sua criação em 2003, tem trabalhado na localização, reunião, seleção e análise de fontes relacionadas à história da alfabetização, leitura e escrita e história da escola e dos livros escolares, em especial, no estado de Mato Grosso.

Ao longo desses anos, e com fundamental participação de alunos de graduação, Iniciação Científica, Mestrado e Pós-Doutorado, temos nos esforçado para constituir um acervo de memória da escola, que possa subsidiar pesquisas na história da alfabetização e dos livros escolares.

Apresentaremos aqui um quadro síntese, que reúne nosso acervo referente à cartilha *Caminho Suave* e demais materiais (livros de leitura pós-alfabetização<sup>10</sup>) da autora Branca Alves de Lima, do qual selecionaremos alguns exemplares para nossa discussão:

**Quadro 1** – Exemplares da série didática *Caminho Suave* – Alfabetização pela Imagem – Centro de Documentação/Grupo ALFALE

| <b>TÍTULO</b>   | <b>ANO</b> | <b>EDIÇÃO</b>        | <b>ILUSTRADOR/<br/>DIAGRAMADOR</b>  | <b>EDITORA</b>                              | <b>EXS.</b> |
|---|------------|----------------------|---|---|-------------|
| Cartilha <i>Caminho Suave</i>   | 1967       | 69 <sup>a</sup> ed.  | Direitos autorais reservados dos desenhos e dos textos  | Editores Caminho Suave Ltda                 | 1           |
| Cartilha <i>Caminho Suave</i>   | 1987       | 97 <sup>a</sup> ed.  | <b>Capa e textos:</b> Eduardo Carlos Pereira (Edú)  | Editores Caminho Suave Ltda. São Paulo/SP   | 1           |
| Cartilha <i>Caminho Suave</i> (Renovada e ampliada)                                     | 1989       | 101 <sup>a</sup> ed. |   |   | 1           |
|   | 1995       | 113 <sup>a</sup> ed. |   |   |             |
| 1 <sup>o</sup> Livro de Leitura <i>Caminho Suave</i>                                    | 1984       | 25 <sup>a</sup> ed.  | <b>Capa e textos:</b> Flávio Pretti (Flávis)  | Editores Caminho Suave Ltda. – São Paulo/SP | 1           |
| 1 <sup>o</sup> Livro de Leitura <i>Caminho Suave</i>                                    | 1984       | 26 <sup>a</sup> ed.  | <b>Exercícios:</b> Salvatore Alfano.<br><b>Diagramação:</b> Branca Alves de Lima  |   | 1           |
| Comunicação e Expressão 2 <sup>a</sup> Série – 1 <sup>o</sup> Grau <i>Caminho Suave</i> | 1989       | 21 <sup>a</sup> ed.  | <b>Capa:</b> Eduardo Carlos Pereira (Edú).<br><b>Ilustrações:</b> Eduardo Carlos Pereira (Edú) e Hugo Arruda Castanho Jr.<br><b>Diagramação:</b> Branca Alves de Lima |   | 1           |

<sup>10</sup> A autora ainda produziu cartazes (para o ensino coletivo), testes de “Alfabetização pela Imagem”, em forma de baralho e carimbos, reproduzindo as ilustrações da cartilha.

| TÍTULO   | ANO  | EDIÇÃO     | ILUSTRADOR/<br>DIAGRAMADOR   | EDITORA  | EXS. |
|--|------|------------|--|--|------|
| Comunicação e Expressão 2ª Série – 1º Grau <i>Caminho Suave</i>  | 1984 | 14ª ed.    | <b>Capa:</b> M e N promoções publicidade e propaganda s/c Ltda.<br><b>Ilustrações:</b> Hugo Arruda Castanho.<br><b>Diagramação:</b> Branca Alves de Lima | Editora Caminho Suave Ltda. – São Paulo/SP; Fundação de Assistência ao Estudante | 1    |
| Comunicação e Expressão 4ª Série – 1º Grau <i>Caminho Suave</i>  | 1987 | 15ª ed.    | <b>Textos:</b> Deagapê Propaganda Ltda. Eduardo Carlos Pereira (Edú)<br><b>Capa:</b> Eduardo C. Pereira (Edú)<br><b>Diagramação:</b> Branca A. de Lima   | Editora Caminho Suave Ltda. São Paulo/SP   | 1    |
| Manual do Professor Para a cartilha <i>Caminho Suave</i> – Comunicação e Expressão / Com sugestões para Integração com outras áreas do Currículo                     | S/D  | 7ª ed.     | Hugo Arruda Castanho   | Editora Caminho Suave Ltda. – São Paulo/SP                                       | 1    |
| Manual do Professor para o 1º Livro <i>Caminho Suave</i> Distribuição gratuita   | S/D  | não consta | não consta   | Editora Caminho Suave Ltda. – São Paulo/SP                                       | 1    |
| Manual do Professor <i>Caminho Suave</i> para o 1º Livro Comunicação e Expressão Integração com outras áreas do currículo – Renovado – não consumível                | S/D  | 3ª ed.     | não consta   | Editora Caminho Suave Ltda. – São Paulo/SP                                       | 1    |
| Manual do Professor <i>Caminho Suave</i> para o 1º Livro Comunicação e Expressão Com sugestões para Integração com outras áreas do currículo – Distribuição gratuita | S/D  | 5ª ed.     | não consta   | Editora Caminho Suave Ltda. – São Paulo/SP                                       | 1    |
| Manual do Professor <i>Caminho Suave</i> para o 2º Livro Comunicação e Expressão Renovado – Não consumível   | S/D  | 4ª ed.     | não consta   | Editora Caminho Suave Ltda. – São Paulo/SP                                       | 1    |

| TÍTULO  | ANO | EDIÇÃO | ILUSTRADOR/<br>DIAGRAMADOR | EDITORA                                     | EXS. |
|---|-----|--------|----------------------------|---|------|
| Manual do Professor <i>Caminho Suave</i> para o 3º Livro Comunicação e Expressão Renovado – Não consumível  | S/D | 3ª ed. | não consta                 | Editores Caminho Suave Ltda. – São Paulo/SP | 1    |
| Manual do Professor <i>Caminho Suave</i> para o 4º Livro Comunicação e Expressão Integração com outras áreas do currículo Renovado – Não consumível | S/D | 3ª ed. | não consta                 | Editores Caminho Suave Ltda. – São Paulo/SP | 2    |

Fonte: Centro de Documentação/Grupo ALFALE- UFMT

Discutindo o livro escolar em sua relação com a cultura da escola, Benito Escolano (2012, p. 43) afirma que

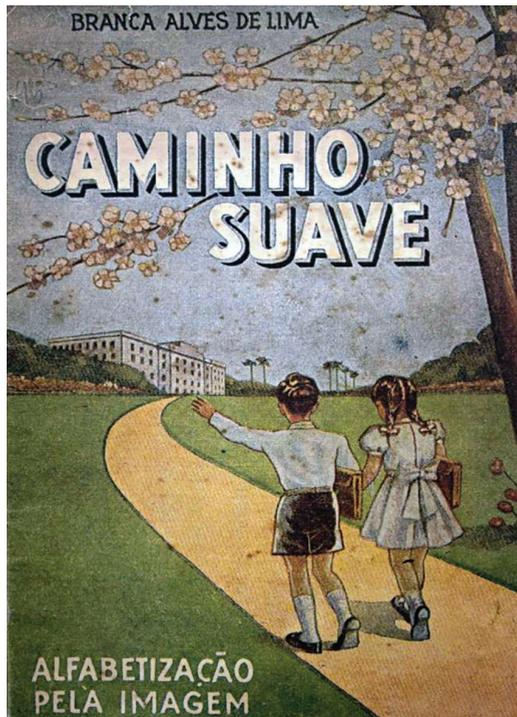
El libro es visto así como uno de los más visibles sintetizadores de la cultura empírica de la escuela. En él se puede examinar el currículum editado de cada época. Es un espejo de la sociedad que lo produce y en la que circula, en el que se reflejan los valores dominantes, los estereótipos y las ideologías de la sociedad.

Desse modo, o autor denomina os livros de texto de “currículo editado”, analisando-os como o *magister* (op cit, p. 40), ou seja, aquele elemento mediador que ensina e educa tanto os alunos como os professores, chamando a atenção para sua significação e abrangência de usuários desses materiais e de seu potencial para o estudo da cultura da escola e dos modos de sociabilidade das crianças nas instituições de formação.

Dentre os inúmeros materiais publicados ao longo desses setenta anos pela Editora Caminho Suave, nos debruçaremos sobre três exemplares do acervo do Grupo ALFALE: uma Cartilha editada em 1967 (69ª ed.), outra editada em 1987 (97ª ed.) e um Manual do Professor para a Cartilha Caminho Suave (7ª ed.), s/d, a fim de discutirmos aspectos desse currículo editado, de longa circulação entre professores e alunos brasileiros<sup>11</sup>.

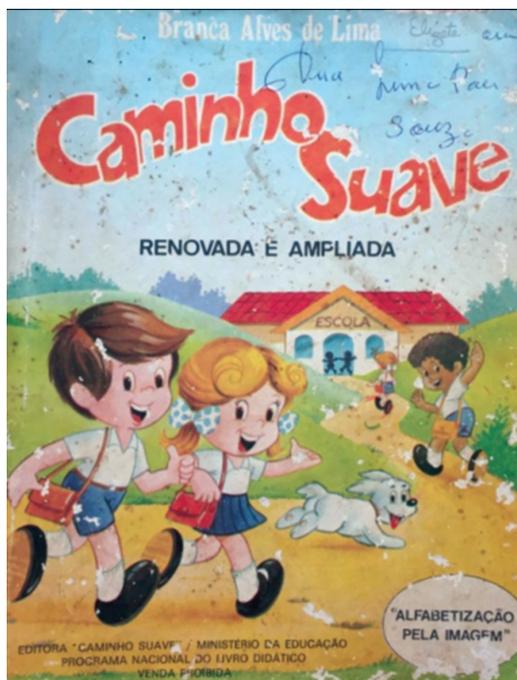
<sup>11</sup> Os três impressos têm tamanhos diferentes: a Cartilha de 1967 mede 225mm x 158mm; a de 1987 mede 270mm x 210mm; o Manual do Professor mede 225mm x 150mm.

**Figura 1** – Capa de Cartilha *Caminho Suave*



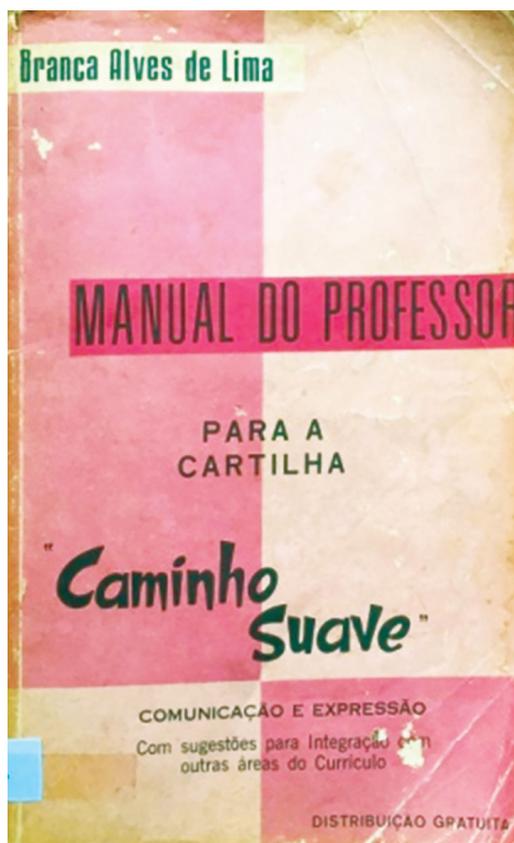
**Fonte:** Branca Alves de Lima, 1967, 69ª ed. (Acervo Centro de Documentação / ALFALE / UFMT)

**Figura 2** – Capa de Cartilha *Caminho Suave*



**Fonte:** Branca Alves de Lima, 1987, 97ª ed (Acervo Centro de Documentação / ALFALE / UFMT)

**Figura 3** – Capa do *Manual do Professor*



**Fonte:** Branca Alves de Lima, 197?, 7ª ed. (Acervo Centro de Documentação / ALFALE / UFMT)

## Considerações sobre método/metodologia

Uma hipótese possível para justificar a permanência de tantos anos da cartilha *Caminho Suave* no mercado de livros brasileiros é certo “consenso metodológico provisório” que ela veicula<sup>12</sup>. Após longa celeuma, ocorrida entre a última década do século XIX e primeiras décadas do século XX sobre qual método seria mais indicado para ensinar a ler e escrever, dentre os analíticos ou sintéticos, as discussões acabam por indicar o método misto ou eclético. Segundo Mortatti,

A partir dos anos de 1930, aproximadamente, as cartilhas passam a se basear em métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintético e vice-versa), especialmente em decorrência da disseminação e da repercussão dos

<sup>12</sup> Uma segunda hipótese, não explorada aqui, é a competente junção Autora X Editora que, certamente, alavancou a difusão da cartilha e outros materiais.

testes ABC, de Lourenço Filho, cuja finalidade era medir o nível de maturidade necessário ao aprendizado da leitura e da escrita, visando à maior rapidez e eficiência na alfabetização. (MORTATTI, 2000, p. 45).

Por outro lado, Soares (2016) quando explora a controvérsia (questão) dos métodos de alfabetização e a celeuma principal entre sintéticos e analíticos a caracteriza como um movimento “pendular”, ou seja, ora a opção pelo princípio da síntese, ora pelo princípio da análise. Para esta autora, a controvérsia se estendeu até a década de 1980, quando o construtivismo desloca a discussão dos métodos de ensino para os processos de aprendizagem.

De qualquer modo, Branca Alves de Lima, provavelmente, vale-se dessas tematizações e/ou tendências da sua época lançando uma cartilha de método misto, baseada em um processo de “Alfabetização pela Imagem”. No exemplar de 1967 (69ª ed., 64 páginas), a autora escreve suas recomendações mais gerais na página 3, em um pequeno texto intitulado “Aos Professôres”. Segundo ela,

A escolha do método é também de muita importância. Tenho observado que a criança encontra dificuldade em formar sentenças completas à vista de uma gravura, mas diz espontaneamente<sup>13</sup>: gato, cachorro, faca. Por êsse motivo, baseei meu processo de “Alfabetização pela Imagem” no “Método Analítico-Sintético”, mas partindo da palavra. (LIMA, 1967, p. 3).

De acordo com Branca Alves de Lima, seu método de ensino era eclético, “[...] baseei meu processo de ‘Alfabetização pela Imagem’ no ‘Método Analítico-Sintético’, mas partindo da palavra”, consistindo “êsse processo, em relacionar a sílaba inicial de cada vocábulo com um ‘desenho chave” (LIMA, 1967, p. 3).

Sobre os métodos de ensino de linguagem, Amaral Fontoura<sup>14</sup>, na edição 18ª de sua *Metodologia do Ensino Primário*, em 1971, explica que antigamente, durante muitos séculos, somente se usavam métodos de soletração e silabação, mas “a partir do século XIX os métodos analíticos conquistaram o mundo; tachava-se de ‘arcaico’ o professor que ainda empregava a silabação” (Amaral Fontoura, 1971, p. 44). Esclarece que “hoje em dia já não existe tanto horror por êsse método”. Afirma ainda que o Ministério da Educação, o mais alto órgão da cultura do Brasil, divulgara instruções metodológicas para o ensino da linguagem, dizendo taxativamente que “Qualquer processo de ensino de leitura poderá ser usado, desde que se faça o ensino simultâneo da leitura e da

<sup>13</sup> Nas citações, manteremos a ortografia da época.

<sup>14</sup> A obra citada foi usada largamente nos cursos normais da escola brasileira, tendo contribuído certamente na formação de grande parte de professores alfabetizadores.

escrita” (Amaral Fontoura, 1971, p. 44). O professor Amaral Fontoura também oferece explicações para o entendimento do método da palavração, amparada em figuras, conforme se vê:

Em fins do século XIX e início deste século, o eminente pedagogo belga DECROLY e seu admirável grupo de educadores, entre os quais se sobressaem Mle. HAMAIDE e Mle. MONCHAMP, aperfeiçoaram o sistema da palavração, fazendo-o basear-se na figura: as idéias expressas nas palavras eram acompanhadas pelas respectivas figuras. [...] a criança via a figura e, por baixo, o nome desse objeto, o que facilitava imensamente sua fixação no espírito infantil. Assim, vendo a palavra *casa* e uma casa desenhada ao lado, a criança sempre que pensasse na figura da casa se lembraria da expressão gráfica. (AMARAL FONTOURA, 1971, p. 41).

Desse modo, embora se constituísse tradição as cartilhas se valerem de imagens para apresentar suas lições, Lima aposta no encontro entre texto e imagem, atribuindo a essa última um papel fundamental em sua metodologia.

Segundo Lima, “quando a criança vê escrita determinada sílaba ou letra, imediatamente, associa os sinais gráficos que a representam à imagem do desenho a que está ligada, acordando na idéia o som correspondente” (LIMA, 1967, p. 3).

Para a autora, o desenho estimula o interesse, além de ser um poderoso auxiliar de intuição e de análise, oferecendo apoio à memória. A autora enfatiza o cuidado na escolha das palavras, pois para ela os vocábulos deveriam ser familiares e de fácil articulação.

Outro aspecto importante do método/metodologia, destacado por Lima, é a repetição. Para tanto, organizou ao longo da cartilha os chamados “Quadros mmemônicos”, nos quais retoma todas as sílabas trabalhadas até então. Para ela, “a criança adquirirá facilidade, segurança e rapidez” (LIMA, 1967, p. 3) com a leitura sistemática desses quadros. Alerta que “Esta repetição continuada poderá afigurar-se monótona, mas posso afirmar por experiência própria que os pequeninos sentem com isso indizível prazer e entusiasmo” (op. cit).

A cópia diária de “Quadros para Cópia”, igualmente, é ressaltada como “imprescindível para o aprendizado simultâneo da leitura e da escrita”.

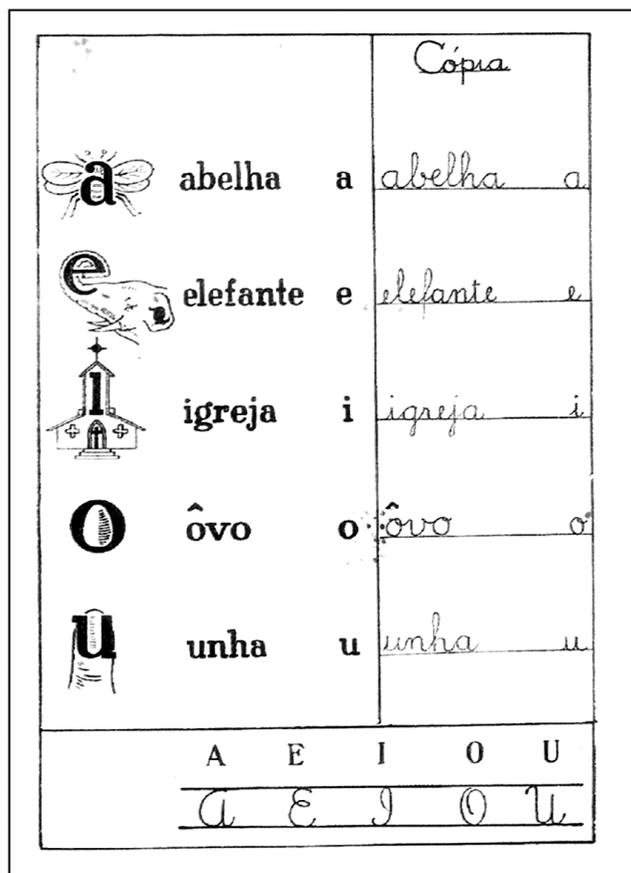
Da p. 4 à p. 6 estão reunidas todas as sugestões da autora para o desenvolvimento das aulas: ALFABETIZAÇÃO PELA IMAGEM – Início da Leitura. Este “manual”, integrado ao livro didático, se subdivide em duas partes. A I Parte se compõe de duas fases, sendo que a primeira fase envolve a apresentação e fixação das vogais e a segunda fase envolve o estudo da palavra barriga, cachorro, dado, faca, gato, jarra, laranja, macaco, navio, pato, rato, sapo, tapete, vaca, xadrez, zabumba, cebola e gema. A II Parte tem início com a palavra-chave “garrafa”, seguida de barata, passarinho, casa, moça, chapéu, nha Maria,

telha, quatro, queijo, alfinete, homem e guerra. Na primeira parte, enfatizam-se (em vermelho) as sílabas canônicas, em que pese que há palavras com sílabas não canônicas. Na segunda parte, são enfatizadas as sílabas não canônicas, chamadas sílabas difíceis.

Nestas poucas páginas estão todas as noções para os professores, não apenas das sequências, como também da forma de se introduzir cada conhecimento e, ainda, pequenas discussões sobre o ensino da escrita (que deve se dar simultaneamente com o ensino da leitura) e de como explicar à criança a relação que o método estabelece entre os desenhos e as letras, p. ex: “A curva de cima do **a** forma a cabeça e o peito da abelha; a bolinha de baixo é a barriga. Para termos uma abelha é só fechar a parte superior do **a** e colocar as asas e pernas” (LIMA, 1967, p. 5).

No exemplar da cartilha de 1967, o contato inicial da criança com a cultura escrita se dava pela apresentação das vogais, com desenhos correspondentes: A de abelha; E de elefante; I de igreja; O de ovo e U de unha (p. 7).

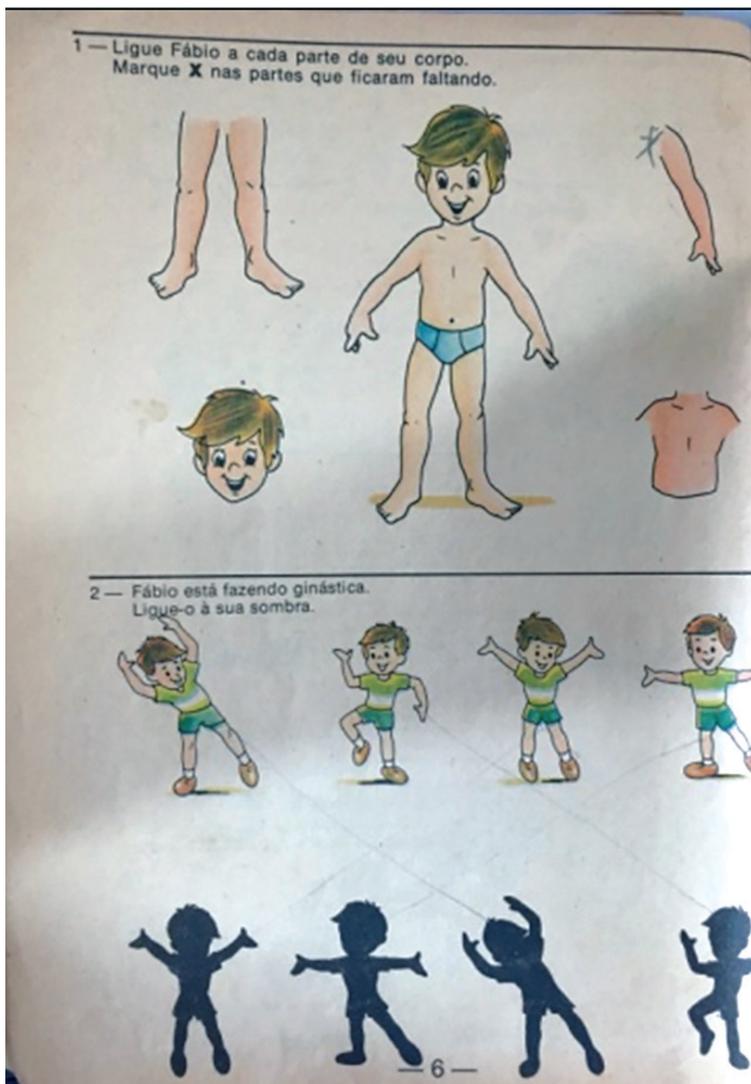
**Figura 4** – Página da *Cartilha Caminho Suave* apresentando as vogais



Fonte: Branca Alves de Lima, 69ª ed., 1967, p. 7 (Acervo do Centro de Documentação / ALFALE / UFMT)

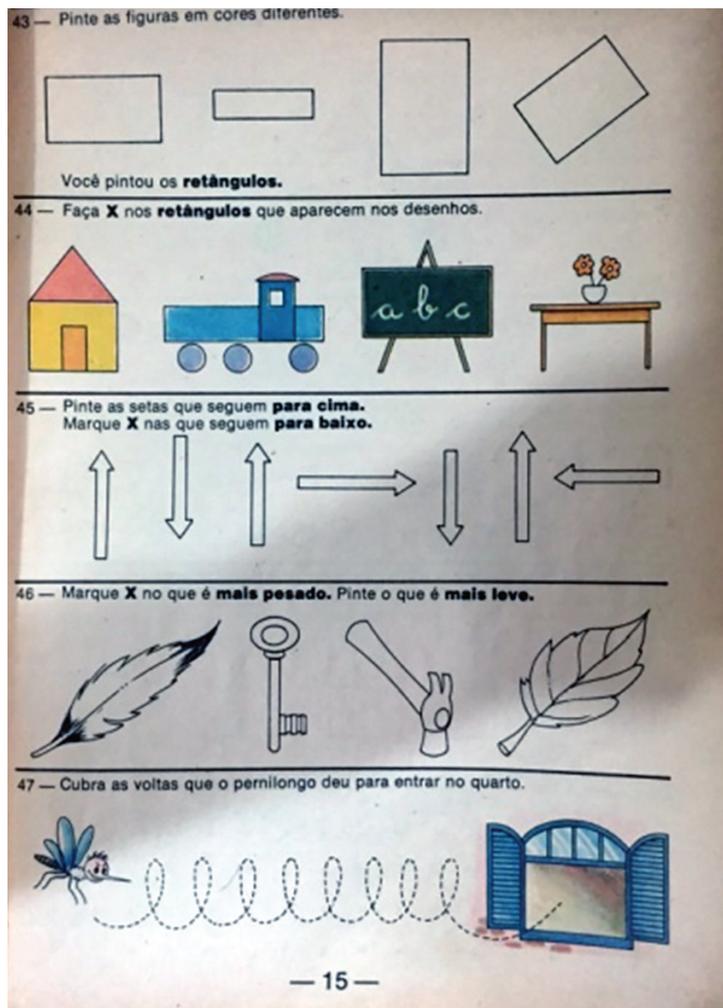
Já no exemplar de 1987 (97ª ed., 121 páginas mais um anexo de 7 páginas com o ABC e as sílabas formatadas em quadradinhos), *Caminho Suave* Renovada e Ampliada, da p. 5 à p. 21 são encontrados exercícios do chamado Período Preparatório, no qual a criança observa desenhos, liga, marca X, completa, preenche pontilhados, tem noções de espaço, número, posição (aberto/fechado, primeiro/último, na frente/atrás, entre, maior/menor, direita/esquerda, igual/diferente, perto/longe, etc.).

**Figura 5** – Página da Cartilha *Caminho Suave* com exercícios do Período Preparatório



Fonte: Branca Alves de Lima, 97ª ed, 1987, p. 6

Figura 6 – Página da Cartilha *Caminho Suave* com exercícios do Período Preparatório



Fonte: Branca Alves de Lima, 97ª ed, 1987, p. 15

A partir da p. 22 já aparecem as vogais, ligadas aos respectivos desenhos, que devem ser treinadas cobrindo-se pontinhos e, na sequência, desenhos e também exercícios de cobrir com as todas as palavras-chave. A primeira lição, propriamente dita, aparece na p. 34, com a palavra chave “barriga”.

O que significa este grande investimento no Período Preparatório, inexistente na produção mais antiga? O que era o Período Preparatório e o que se esperava dele?

Entre os anos 1920 a 1960 houve, no Brasil, muita discussão e certa adesão ao método global (ou analítico) – palavração, sentencição, historieta ou contos. Com princípios da psicologia, em especial a *gestalt*, este método defende que a criança lê melhor frases e palavras do que letras e sílabas. Pensado por, entre outros, Decroly desde os anos de 1920, o processo de globalização é carro-chefe:

a percepção se dá de modo global, assim, o conhecimento e a própria sensação não se dirigem para elementos diferenciais e separados. Dentre os aspectos operacionais, Decroly defendia um período preparatório para a alfabetização, com uso de jogos pedagógicos que possibilitassem às crianças a passagem do concreto ao abstrato e o desenvolvimento das discriminações auditiva, visual e tátil. Entre nós, Manoel Bergström Lourenço Filho, um dos mais eminentes educadores brasileiros do início do século XX e que participou efetivamente da constituição do campo educacional, defensor da Psicologia e de novas formas para o ensino da leitura e da escrita, também discutia a questão da maturidade para a aprendizagem da leitura e da escrita, fato que resultou em seus Testes ABC (1934), dispositivo largamente utilizado nas décadas seguintes.

Considerando o contexto da década de 1940, aliado a evidências em fontes documentais, podemos supor que Branca Alves de Lima era influenciada (lembrando Darnton) e havia se apropriado dos pressupostos teórico-metodológicos do Movimento da Escola Nova.

No texto inicial da cartilha “Aos Professores”, a autora cita Aguayo em sua obra “Didática da Escola Nova”: “Não devem ser descuidados e menos ainda suprimidos os trabalhos e exercícios que, faltos embora de interesse, são indispensáveis para adquirir facilidade e prática ou formar certos hábitos e atitudes mentais exigidas por todo o trabalho de boa qualidade” (LIMA, 1967, p. 3), evidenciando sua inspiração na chamada pedagogia moderna, mais especificamente, no movimento da escola nova<sup>15</sup>.

Como os demais autores didáticos, em suas primeiras edições (e até, pelo menos, a 69ª, do ano de 1967, que ora tematizamos), as orientações aos professores vinham economicamente no início ou final do impresso. A edição do Manual do Professor para a Cartilha Caminho Suave, com mais de duzentas páginas, permitiu à autora expandir suas concepções e explicitar, detalhadamente, sua metodologia.

Nossas fontes não nos permitem precisar o ano da 1ª edição do Manual do Professor. Maciel (2002, p. 163) informa que,

De acordo com a edição de 1974, a Editora Caminho Suave produzia materiais didático e audiovisual: o primeiro, compõe-se da Cartilha *Caminho Suave* baseada no processo de “Alfabetização pela Imagem” e o manual do professor oferecido gratuitamente. [...]

Nosso exemplar, de 7ª edição, traz orientações teórico-metodológicas para o Período Preparatório (p. 9-10), além de “Atividades Relacionadas com a Leitura”

<sup>15</sup> Voltaremos a esse ponto no próximo item.

(p. 13-15), “Atividades de Enriquecimento” (p. 16-18) e “Atividades Integradas com outras áreas do Currículo” (p. 18), evidenciando uma preocupação que ganha espaço com a promulgação da LDB 5.692, de 1971. A Bibliografia Consultada (p. 19) indica títulos de livros dos anos de 1966 a 1975, bem como, a Proposta Curricular de Pernambuco, de 1975, aspecto que permite supor que essa produção se deu na segunda metade da década de 1970.

Desse modo, com a introdução do Período Preparatório vemos uma mudança significativa na metodologia de Lima, que pode ser explicada pela maior ênfase que se deu, no cenário brasileiro, a partir dos anos de 1960<sup>16</sup> a essa preparação e pela oportunidade de a autora ocupar um maior espaço de publicação, representado pelo Manual do professor.

Temos que, nas orientações da *Cartilha Caminho Suave* de 1967, a “Alfabetização pela Imagem” começaria já no primeiro dia de aula:

As aulas serão dadas para toda a classe.

A professora iniciará uma palestra animada acerca da 1ª gravura da p. 7. (As cartilhas poderão ser entregues aos alunos no 1º dia de aula, se a professora não possuir os quadros de “Alfabetização pela Imagem”). Vejam bem o que representa a 1ª figura. (LIMA, 1967, p. 4).

Já no Manual do Professor (7ª edição, p. 9), a autora explica a necessidade de uma prévia preparação para uma aprendizagem eficaz: “Ao ingressar numa classe de 1ª série elementar, todo aluno novato necessita de um período de adaptação e de um ambiente preparado, no sentido de propiciar condições mentais e emocionais para receber a aprendizagem de modo mais eficaz e seguro”.

Este período é assim definido:

O período preparatório, além de dar à criança a oportunidade de se ambientar na escola e de auxiliá-la a adquirir hábitos e atitudes, proporciona uma série de atividades visando a desenvolver as habilidades de:

- discriminação visual;
- acuidade auditiva;
- coordenação viso-motora;
- concentração;
- maturidade linguística;
- interesse em aprender a ler etc. (LIMA, 197?, p. 9)

<sup>16</sup> Ver, por ex., uma das referências citadas por Lima: ABI-SABER, Nazira Fêres. *O período preparatório e a aprendizagem da leitura*. A Grafiquinha Editora LTDA. Belo Horizonte-MG (s/d). Trata-se de um livro, no entanto, a mesma autora publicou o artigo “A importância do Período Preparatório na Aprendizagem da Leitura” na *Revista do Ensino* (Porto Alegre, n. 75-77) no ano de 1961. Encontramos na Estante Virtual o livro de Abi-Saber, citado por Lima, uma 3ª ed., do ano de 1968.

Observa-se que a metodologia ganha em complexidade e explicitação, a partir da edição do Manual do Professor. A metodologia da alfabetização, que antes se resumia a duas partes, com a inclusão do Período Preparatório passa a ter três partes, sendo que a 1ª Parte se subdivide em 6 fases.

As características gerais do método/metodologia são apresentadas e as seguintes vantagens são elencadas: constitui-se de lições gradativas; procura atender às diferenças individuais, levando em consideração tanto o aluno mais lento, quanto aquele bem dotado; apresenta as palavras-chave, sílabas e letras intimamente vinculadas a desenhos que excitam o interesse e dão apoio à memória; favorece, por meio de quadros mnemônicos, o domínio rápido da leitura e o trabalho autônomo do aluno; facilita, por meio de textos, a aquisição da habilidade de identificar palavras novas e compreender o sentido do texto; apresenta atividades planejadas à altura da capacidade da criança; oferece, em consequência da técnica simples, maior segurança ao professor. (LIMA, 1977, p. 6-7).

## **Alguns fundamentos subjacentes à construção de Caminho Suave**

Os esforços de Branca Alves de Lima, na constituição de sua cartilha, e depois na construção de um material pedagógico de apoio, estão relacionados às sugestões de seus mestres de formação pedagógica escolanovista. Um deles, mencionado em suas orientações (Lima, 1967, p. 3) *Aos Professores*, A. M. Aguayo, defensor de uma pedagogia científica e uma didática da Escola Nova, no trecho dedicado aos métodos de ensino de leitura explica a mudança na concepção de leitura que teria ocorrido nas últimas décadas, afirmando que “Na escola antiga a leitura era um tormento para a infância. A escola nova converteu-a em fonte de alegria” (AGUAYO, 1956, p. 324).

Em sua obra *Didática da Escola Nova*, no capítulo destinado ao Ensino da Leitura (AGUAYO, 1956, p. 315-319), o autor expõe sinteticamente a história dos métodos de ensino de leitura, concluindo que,

Com relação à leitura, a tendência atual é incorporar esta disciplina a um ensino global que corresponda ao mundo da experiência infantil e, utilizando as atividades lúdicas, despertar o interesse da criança e converter a aprendizagem numa experiência vital. A nova didática não tem preferência por este ou aquele método, persuadida como está de que os métodos de ensino, quando não são aplicados de modo inteligente e não provocam o interesse dos alunos, não têm senão valor muito relativo. Aplicados por uma professora competente e entusiasta, o método de orações, o de palavras e o da análise fônica podem ser tão interessantes como o dos contos. (AGUAYO, 1956, p. 318).

As sugestões do autor para um ensino dinâmico, mesmo relativizando a importância dos métodos, incluem práticas de oralidade associadas a desenhos e objetos, não muito diferentes do que se supunha com as famosas “lições de coisas”<sup>17</sup> em moda há 50 anos antes da publicação dos estudos do autor. A apresentação de cartões ilustrados, dramatizações e jogos, nesse contexto, é altamente recomendada. Em “Meios auxiliares do ensino de leitura”, o autor comenta que o livro não é o único meio auxiliar do ensino de leitura, mencionando vários objetos. Para Aguayo, “a cartilha ou livro texto para os primeiros passos da leitura não é uma necessidade da escola moderna [...] não obstante, para difundir um novo método em um sistema escolar, a cartilha é indispensável” (AGUAYO, 1956, p. 331).

Outra referência, e esta brasileira, que provavelmente contribuiu com o pensamento sobre alfabetização, não somente da autora, mas de inúmeros pesquisadores brasileiros, como já dissemos, foi o trabalho de Lourenço Filho, especialmente dois de seus estudos, o primeiro relacionado à Escola Nova, publicado em 1929 e o segundo sobre os testes de maturidade para a alfabetização, *Testes ABC* de 1934; ambos de grande repercussão, inclusive internacional. A questão da compreensão da maturidade como elemento-chave para o início da alfabetização, em detrimento de procedimentos metodológicos, favoreceu a disseminação do método eclético de alfabetização, o adotado por Branca Alves de Lima. A atenção de Lourenço Filho ao desenvolvimento infantil disseminou um conhecimento da psicologia voltado para o interesse e a motivação da aprendizagem, imprimindo novos elementos e enriquecendo a perspectiva de uma alfabetização mais aos moldes da escola nova.

Acreditamos que a divulgação desses trabalhos, com experiências e estudo de casos em escolas paulistas, que coincidem com o período de formação da autora no curso normal, tenha contribuído na constituição de suas concepções e práticas pedagógicas, interferindo nas suas perspectivas para a alfabetização brasileira e constituindo-se nas chamadas “influências intelectuais” (DARNTON, 1990).

Assim, apostando no poder da imagem, a capa da cartilha *Caminho Suave* traz elementos que vinculam o texto à função escolar (alfabetização pela imagem; crianças vestidas com uniforme e carregando pastas escolares; desenho da escola), no entanto, o título sugere que o caminho (em direção à escola) é suave e que a aprendizagem será alegre, atraente e sem dor.

Essa intenção em tornar leve o processo de alfabetização, porque ligado à experiência infantil, torna-se ainda mais clara na voz de sua autora: “Precisamos

<sup>17</sup> No final do século XIX e início do XX, encontramos sugestões muito parecidas com a defesa do ensino intuitivo, com raízes em Pestalozzi, que teve grande repercussão nacional nas reformas educacionais.

suavizar para nossas crianças o ensino da leitura, tornando-o vivo, prático, dinâmico”. (LIMA, 197?, p. 6). E como isso seria possível? Ora, apresentando a cartilha *Caminho Suave*, baseada em processo de “Alfabetização pela Imagem” e no método eclético. A autora explica que,

Visando ao objetivo maior que é levar a criança a ler e interpretar, num treino intensivo de pensamento e linguagem (observar, falar, ouvir, ler, escrever, pesquisar, construir etc.), tivemos a preocupação fundamental de escolher temas vivenciados por ela (a família, a casa, a escola, a comunidade, os animais, as plantas etc.) e de utilizar “palavras-chave” significativas, pertencentes ao seu universo vocabular ou facilmente assimiláveis (LIMA, 197?, p. 6).

Recorrendo aos princípios da Psicologia, Lima ressalta a complexidade do ato de ler:

Segundo o conceito atual, além do estágio do reconhecimento dos símbolos gráficos (processo mecânico, sensorial ou fisiológico), um método de leitura deve dar ao educando oportunidade para o desenvolvimento da habilidade de compreensão e de interpretação do que se lê (processo mental ou psicológico). (LIMA, 197?, p. 6).

Para a autora, o ensino da leitura (e da escrita) pode se dar por meio de três tipos de abordagem: a) coletiva; b) em grupo; c) individual. São apresentadas noções de como o professor conduzirá cada uma dessas abordagens, enfatizando no ensino coletivo a “exposição de cartazes, de testes e de ‘slides’” (LIMA, 197?, p. 6), no ensino em grupo a separação da turma em duas ou três turmas para melhor rendimento, e no ensino individual “proporcionar aos alunos mais lentos atividades extras, revisões, etc., numa tentativa de torná-los aptos a dominar a aprendizagem” (op. cit., p. 8).

Um detalhado roteiro apresenta “Passos Metodológicos da Aula de Leitura”, incluindo “Técnica de apresentação dos cartazes” que deve “Levar o aluno a observar que a letra com que ela começa tem características da ilustração a que está incorporada” (op. cit., p. 10). Para a autora, um dos elementos mais importantes no Currículo da escola elementar é o domínio e uso da linguagem. Por isso, o professor estimulará os diferentes tipos de leitura, entre elas a leitura oral dirigida, na qual o aluno lerá em voz alta para:

- pronunciar muito bem as palavras;
- entender tudo o que for lido;
- saber explicar cada palavrinha;
- descobrir palavras novas;
- encontrar o nome de um personagem;
- responder a uma pergunta do professor. (LIMA, 197?, p. 12).

Leitura é explicitamente assimilada a treino da articulação, fortalecimento da pronúncia, treinos dos movimentos oculares da esquerda para a direita, além do desenvolvimento das habilidades de compreensão.

Todo o cuidado com o ensino da leitura para que ela não seja um “simples exercício monótono” é no sentido de ajudar a criança a vencer os obstáculos desse processo complexo. Daí que “a aprendizagem da leitura deve ser em pequenas dosagens, mas dinâmicas e interessantes” (LIMA, 197?, p. 5). Para a autora, a criança chega na idade escolar com uma linguagem viciosa devido ao meio ambiente e apresentando muitas deficiências (da fala, da audição, da coordenação motora), além de carências de memória e de atenção. Cabe ao professor dar vida ao aprendizado e despertar o gosto pela leitura, lançando mão de artifícios engenhosos e atraentes (Lima, 197?, p. 5).

O movimento escolanovista colocou a criança no centro do processo, chamando a atenção para seus interesses e suas necessidades, o que foi uma grande conquista pedagógica. Por isso, Lima se esforça por “suavizar o ensino da leitura” e chama a atenção para as diferenças individuais. No entanto, é uma criança com carências, falhas e dificuldades, que chega à escola com uma linguagem viciosa, embora reconhecida como “o seu saber linguístico” (LIMA, 197?, p. 14). Baseada em sua experiência, Lima informa que “a criança tem dificuldade em formar sentenças completas à vista de uma gravura”; “A criança normal aprende por si mesma [...] a retardada necessita da assistência direta do professor”, mas até essa “memoriza com relativa presteza as diferentes sílabas” (LIMA, 1967, p. 3); o professor deve atender “tanto o aluno mais lento, quanto aquele bem dotado” (LIMA, 197?, p. 6).

Por fim, a escolarização é vista como preparo para a vida. Na última página do exemplar de 1967, há um texto que parabeniza os alunos que terminaram a cartilha. A gravura representa um menino lendo, tendo ao fundo e ao alto a bandeira nacional e, dentro do seu círculo, um atleta conduzindo a chama olímpica. Trata-se de um texto que representa a fala do Diretor que veio entregar às crianças o “Primeiro Livro”, configurando-se em, para além da descrição de mera rotina escolar, uma boa estratégia de divulgação do material da Editora/Autora. Diz o Diretor:

[...] Vocês estão de parabéns porque alcançaram uma grande vitória. Todo aquele que nada procura produzir é mau brasileiro.

Bom brasileiro é o soldado que defende sua pátria; é o lavrador que cultiva a terra; é o operário que trabalha na indústria.

Bons brasileiros são ainda (sic) os médicos, os professores, os comerciantes, os industriais, enfim todos os que concorrem para o engrandecimento da Pátria.

Vocês, meus filhos, serão os homens de amanhã. Portanto, se quiserem ser bons brasileiros, continuem estudando e esforçando-se como fizeram até aqui. Não falem às aulas e procurem seguir à risca os

conselhos de seus pais e mestres, porque o futuro do Brasil depende de vocês. (LIMA, 1967, p. 62).

Como atualmente sabemos, qualquer método de ensino e aprendizagem e, neste caso, de alfabetização, traz com ele concepção sobre o que é o objeto de conhecimento a ser aprendido (em nosso caso, o sistema de escrita alfabética) e sobre como os indivíduos aprendem. No caso do método eclético proposto por Lima, a teoria do conhecimento que o embasa é empirista/associacionista: associar informações prontas que vêm do exterior, que dizem respeito às relações letras/sílabas/palavras a sons. Isso se dá, fundamentalmente, por meio da repetição, memorização, daí a necessidade dos quadros mnemônicos e da cópia, além do ditado para avaliar as aprendizagens. Desse modo, a aprendizagem é vista como processo cumulativo das informações, que devem ser transmitidas de forma graduada e sistemática.

Nessa teoria, a criança é vista como um papel em branco sobre o qual o professor irá imprimindo, de forma gradativa, os conhecimentos desejáveis. Já o objeto de conhecimento, ou seja, o sistema de escrita alfabética é tido como um código de transcrição da língua oral: os símbolos escritos substituem os fonemas.

Todos esses aspectos, alguns apenas apontados por Lima no texto “Aos Professores” (1967) e outros bastante detalhados no Manual do Professor (197?), se configuram no que Escolano (2012) denomina de “currículo editado” que, aliado às práticas pedagógicas, participaram/participam da construção da cultura escolar.

Curiosamente, é na década de 1970 que Emília Ferreiro e Ana Teberosky realizam os estudos sobre a Psicogênese da Língua Escrita, trazendo novas concepções sobre a aprendizagem, o objeto do conhecimento e a criança/sujeito que aprende. Apesar dessa teoria “revolucionária”, a cartilha *Caminho Suave* segue, embora em escala infinitamente menor, sendo usada e comercializada até os dias atuais.

## Considerações finais

Iniciamos este texto tendo como objetivo refletir sobre aspectos da constituição, trajetória e permanência da cartilha *Caminho Suave* na alfabetização brasileira, de autoria da professora Branca Alves de Lima, publicada pela primeira vez em 1948.

Para tanto, analisamos três exemplares do acervo do Centro de Documentação/Grupo ALFALE: *Cartilha Suave*, 69ª ed., 1967; *Cartilha Suave – Renovada e Ampliada*, 1987, 97ª ed.; *Manual do Professor*, 7ª ed., s/d.

Valendo-nos de princípios da história cultural (CHOPPIN, 2004; DARNTON, 1990), levantamos acontecimentos do contexto social, econômico e cultural que circundaram essa produção didática, em especial, aqueles relacionados com a educação brasileira. A seguir, lançamos um olhar nas fontes escolhidas

extraindo delas as premissas expostas pela autora e suas formulações teórico-metodológicas.

Destacamos a produção inicial da autora no contexto do Movimento da Escola Nova e de certo “consenso metodológico provisório” de educadores voltados para a alfabetização, sobre a importância dos dois princípios, cujos defensores encetaram grande polêmica: o princípio da síntese (aprendizagem da língua escrita deveria partir de unidades menores – letras, fonemas, sílabas para se chegar a unidades maiores) e o princípio da análise (para o qual a aprendizagem deve partir de unidades maiores e com sentido – palavra, frase, historieta). No interior desse “consenso”, os autores começam a propor métodos mistos ou ecléticos, nos quais tentam articular os dois princípios fundamentais inerentes à aprendizagem inicial da língua escrita.

Amparada em princípios da, então, moderna Psicologia, Branca Alves de Lima cria sua cartilha no ano de 1948, propondo um método eclético e inovando na terminologia de “Alfabetização pela Imagem”.

A análise dos dois exemplares da cartilha, complementada pelo Manual do Professor, indicou pressupostos e concepções. Indicou, ainda, significativa alteração entre a edição de 1967 e a de 1987: a inclusão do Período Preparatório. Tal inclusão não se reduz a exercícios de coordenação viso-motora, discriminação visual, acuidade auditiva, concentração, etc., mas veio acompanhada de ampla explicação de sua “necessidade”, a fim de que as crianças pudessem desenvolver condições mentais e emocionais para receber a aprendizagem.

Esperamos que os aspectos aqui relevados e nossas reflexões, somados aos muitos estudos já empreendidos a respeito da cartilha *Caminho Suave*, venham a contribuir, de algum modo, para uma melhor compreensão de seu papel de *magister* (ESCOLANO BENITO, 2012) e da celeridade e duradoura disseminação ao longo das sete décadas subseqüentes à sua primeira publicação.

## Referências

- AGUAYO, A. M. *Didática da Escola Nova*. Trad. J. B. Damasco Penna e Antonio d'Avila. 10. ed. Atualidades Pedagógicas. V. 15. São Paulo: Editora Cia Nacional, 1956.
- AGUAYO, A. M. *Pedagogia Científica*. Psicologia e direção da aprendizagem. Trad. J. B. Damasco. 4. ed. Atualidades Pedagógicas. V. 18. São Paulo: Editora Cia Nacional, 1948.
- AMÂNCIO, L. N. B. *Ensino de Leitura e Grupos Escolares: Mato Grosso (1910-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- AMARAL FONTOURA, A. *Metodologia do Ensino Primário*. Contendo a matéria dos 2º. e 3º. Anos do Curso Normal. Coleção A Escola Viva. V. 3 18. ed.. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1971.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

- CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- DARNTON, R. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DUARTE, Marcelo. Cartilha “Caminho Suave” lança novos produtos. *Estadão/ Blogs*, São Paulo, 03 ago. 2012. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/blogs/curiosidade/cartilha-caminho-suave-continua-viva-e-lanca-novos-produtos/>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- ESCOLANO BENITO, A. El manual como texto. *Pro-Posições*. v. 23, n. 3 (69), p. 33-50, set./dez. 2012.
- GALVÃO, A. M. A circulação e uso do livro escolar de leitura em Pernambuco no século XIX. In: BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. O. (orgs.). *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil (1940)*. Censo Demográfico: população e habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *Testes ABC*. Para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita, 7. ed. (aumentada e com material para aplicação). São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. 7. ed. refundida. São Paulo: Melhoramentos, 196[?].
- MACIEL, F. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11), p. 147-168. Abr. 2002.
- MELLO, M. T. Condenado pelas escolas livro didático deve mudar. *Folha de São Paulo*, 18 de setembro, 3°. Caderno, p. 24, 1983. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=caminho+suave&site=&periodo=acervo&x=0&y=0>. Acesso em: 17 nov. 2017.
- MORTATTI, M. R. L. Método Analítico, Cartilhas e Escritores Didáticos: Ensino da leitura em São Paulo (1891-1920). **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas (5): 123-140, abr 1999.
- MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização* (São Paulo / 1876-1994). São Paulo: Editora Unesp; Conped, 2000a.
- MORTATTI, M. R. L. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. *Cadernos CEDES (Impresso)*, Campinas, v. 20, p. 41-54, 2000b.
- PERES, E.; Ramil, C. A. Alfabetização pela imagem: uma análise iconográfica da cartilha *Caminho Suave* e do material de apoio. *Cadernos de Pesquisa*, Vitória-ES, v. 19, n. 41, p. 53-79, jan./jun. 2015.
- ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 1985.
- SILVEIRA, C. Missões de professores paulistas. *Revista do Brasil*, n. 18, p. 240-244, jun. 1917.
- SOARES, M. B. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- SOARES, M. B. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2016.
- WEREBE, M. J. G. *Grandezas e Misérias do ensino no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.